



VALORIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO POPULACIONAL ARTAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA/RS

FRIEDRICH, Laura Flores¹; HOFFMAN, Carmen Anita²; FRIEDRICH, Adriana Flores³; CAMARGO, Mariela⁴; SOARES, Igor Norbert⁵; RODRIGUES, Jivago⁶; ULIANA, Renan Somavilla⁷

Resumo: A história das civilizações é escrita e retratada nas cidades através de praças, monumentos, esculturas, obras e pela própria malha urbana. São elas que evidenciam os costumes, as tradições e deixam claro o quanto a sociedade e seus ideais estão em constante evolução. Com estas informações é constituída a herança e identidade cultural de um povo. Sabendo isto, deve-se proteger e conservar tais edificações. Isto se dá através da educação patrimonial, que é um instrumento de alfabetização cultural, a qual leva o indivíduo à apreciação e compreensão do mundo que o rodeia. Está em fase de elaboração uma cartilha patrimonial, simples e acessível para variados públicos. Nela são esclarecidos conceitos importantes para a o entendimento das edificações históricas, como que é restauro e conservação. São destacadas as principais obras do município de Cruz Alta - RS e há uma breve história do município, destacando a importância de alguns elementos, não mais usados em residências, para a segurança e facilidade da vida antiga. Deve-se compreender a importância do passado no futuro da cidade, uma vez que a diversidade de estilos arquitetônicos compõe uma ambiência urbana encantadora. A convivência e o ajustamento da população às necessidades de cada época viabilizará a permanência dos prédios históricos, evitando a depredação e demolição dos mesmos. Pretende-se com este estudo sensibilizar a comunidade, fazê-la voltar seus olhos para o acervo arquitetônico de maneira consciente e educada, tomando papel principal de conservar e valorizar a trajetória local.

¹ Acadêmica do 9º semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo Unicruz, Bolsista do PIBEX Educação Patrimonial e Voluntária do PIBIC. Laurinha_flores@hotmail.com

² Doutoranda em História PUCRS, Arquiteta e Urbanista, Profª do Curso de Arquitetura e Urbanismo Unicruz, Líder do GPARq, Coordenadora PIBEX Educação Patrimonial. Colaboradora do NUCART e UNATI. carminhalese@yahoo.com.br

³ Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Mestre em Engenharia Civil, adriana@construtorafriedrich.com.br

⁴ Acadêmica do 9º semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo Unicruz, Voluntária do PIBEX e PIBIC Educação Patrimonial, integrante do NUCART. mariela.arq@gmail.com

⁵ Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Líder do GPARq, ins_ca@hotmail.com

⁶ Acadêmico do 9º semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo, colaborador do PIBEX Educação Patrimonial. Jivago_eal@hotmail.com

⁷ Acadêmico do 3º semestre do curso e arquitetura e urbanismo, membro do GPARQ, r.uliana1994@gmail.com



Palavras-chave: PATRIMÔNIO. CONSERVAÇÃO. HISTÓRIA.

Abstract: The history of civilization is written and portrayed in cities across squares, monuments, sculptures, and works by the urban fabric. They are the ones that show the customs, traditions and make clear the extent to which society and its ideals are constantly evolving. With this information comprises the heritage and cultural identity of a people. Knowing this, we must protect and conserve such buildings. This is done through education sheet, which is an instrument of cultural literacy, which leads the individual to the appreciation and understanding of the world around him. Is in preparation a booklet sheet, simple and accessible to diverse audiences. It will clarify important concepts for the understanding of historic buildings, as is restoration and conservation. Will highlight the major works of Cruz Alta - RS and there will be a brief history of the city, highlighting the importance of certain elements, no longer used in homes, for security and ease of ancient life. One must understand the importance of the past in the future of the city, since the diversity of architectural styles composes a charming urban ambiance. The coexistence and adjustment needs of the population of each season will enable the retention of historic buildings, avoiding predation and demolition of the same. The aim of this study was to sensitize the community, make it turn their eyes to the architectural heritage of a conscious and educated, taking lead role to conserve and enhance the trajectory location.

Keywords: HERITAGE. CONSERVATION. STORY.

Introdução

O espaço urbano é o local onde a trajetória das civilizações é esculpida. Em cada edificação estão estampadas as tradições e costumes dos povos, como eram as estruturas familiares, seus modos de vida e princípios.

O município de Cruz Alta/RS é um dos mais antigos do estado do Rio Grande do Sul, sendo considerado o marco zero do tropeirismo no Brasil. A cidade, que abrigou duzentos e dezenove atuais municípios do estado, foi fundada em dezoito de agosto de mil oitocentos e vinte e um. Vivenciou momentos políticos, militares, econômicos e religiosos de grande importância no Rio Grande do Sul. A cidade recebeu o Alto Comando Farrapo, durante a Revolução Farroupilha, com a presença de Bento Gonçalves, Anita Garibaldi e David Canabarro. O município envolveu-se também, na Guerra do Paraguai, na Revolução de 1893 e na Revolução de 1923. O processo de formação histórica do município remonta à presença jesuítica no Estado. Com base nestas

características, pode-se perceber que em sua malha urbana estão estampados os mais diversos estilos arquitetônicos.

O tema do artigo em tela vem de encontro ao imenso descaso populacional com essas edificações históricas, sendo matéria de jornal o grande número de demolições e depredações. Tem-se por objetivo a conscientização da comunidade, proporcionando conhecimento da história e importância do passado no futuro da cidade. Somente através da educação patrimonial, usada com o intuito de alfabetização cultural, é que a comunidade poderá compreender e valorizar a trajetória histórico-temporal do mundo que o rodeia.

A preservação e restauro do patrimônio histórico e cultural das cidades, seja ele material ou imaterial, é amplamente discutido e implementado nos municípios. Este tema ganhou força pela primeira vez em meados do século XVIII, com a Revolução Industrial, quando a necessidade de preservar edificações antigas e criar legislações específicas se deu pelo alto índice de destruição. Haroldo Leitão Camargo esclarece ao afirmar que:

“É preciso se dar conta que a preservação [...] das edificações e dos conjuntos urbanos, se afirma como uma necessidade na medida em que o grau de destruição – sem necessariamente motivações ideológicas – se acentua e ganha proporções anteriormente desconhecidas. O que provoca isso? A Revolução Industrial.”
(CAMARGO, 2002. p.14)

A sociedade está em constante evolução e é na malha urbana, assim como no modo de viver da população, que isto é demonstrado. As cidades são palcos para as rupturas e continuidades, para a quebra de paradigmas e para a aceitação de novos ideais. Considerando as diferentes fases pelas quais a cidade já passou e a ampla gama de estilos arquitetônicos, podem-se estabelecer as relações do presente com o passado e com o futuro. A memória e identidade cultural de um povo são formadas, também, pelo conhecimento passado de pai para filho, com vivências em cada marco histórico da cidade. Camargo esclarece isso ao escrever:

“O valor simbólico que atribuímos aos objetos ou artefatos é decorrente da importância que lhes atribui à memória coletiva. E é esta memória que nos impele a desvendar seu significado histórico-social, refazendo o passado em relação ao presente, e a inventar o

patrimônio dentro de limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento." (CAMARGO, 2002. p.31)

Nos dias atuais, há um maior interesse e fascínio na permanência dos prédios históricos. Tal fato acontece não para frear o desenvolvimento e modernização, mas para valorizar a história das civilizações. De acordo com MEIRA, p. 57, os movimentos pela preservação do patrimônio cultural e natural tem se aproximado. Novos desafios se apresentam, em consequência, a participação de novos segmentos na questão do patrimônio vai introduzindo no debate outros conceitos, outras práticas e, frequentemente, a ação preservacionista se associa à mobilização por melhor qualidade de vida.

Há uma constante preocupação e discussão de atitudes a serem tomadas por parte dos participantes do curso de arquitetura e urbanismo da Unicruz, especialmente os integrantes do GPARQ – grupo de pesquisa de arquitetura e urbanismo – o qual possui uma linha permanente de patrimônio histórico. Busca-se a sensibilização da sociedade para uma mudança de atitude: de espectadores da proteção cultural para atores do processo. Isso se dá por ações sistemáticas, através de publicações, instalações, e atividades que envolvam a comunidade.

A criação do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela Lei nº 378 a 13 de janeiro de 1937, no governo de Getúlio Vargas, teve como finalidade promover, em todo o país e de modo permanente, a preservação do patrimônio cultural através do tombamento, da conservação, do enriquecimento e do conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. Desta forma, montou-se o aparelho de alcance nacional, destinado a exercer ação enérgica e permanente, de modo direto ou indireto, para conservar e enriquecer o nosso patrimônio histórico e artístico e ainda para torná-lo conhecido.

Em 1973 foi criado o IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - para promover a preservação do patrimônio cultural no âmbito do Estado do

Rio Grande do Sul e tem “[...] como diretrizes básicas o fortalecimento da autoestima das comunidades e o desenvolvimento da consciência de suas histórias, mantendo suas identidades e valores culturais. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado é uma Divisão da Secretaria de Estado da Cultura, cuja responsabilidade é a identificação, cadastramento, fiscalização e promoção de ações de preservação do Patrimônio Cultural do Estado. Desenvolve projetos de pesquisa nas áreas de História, Urbanismo, Tecnologia das Construções e Educação Patrimonial.

O IPHAE busca também o fortalecimento da autoestima das comunidades e o desenvolvimento da consciência de suas histórias, mantendo suas identidades e valores culturais. O Instituto contribui na busca de parcerias públicas e/ou privadas para que a Secretaria da Cultura estabeleça convênios com as mesmas.

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, estabeleceu novas regras jurídicas para a questão do Patrimônio Cultural. Pelo artigo 215, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Pelo artigo 216, “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Ainda no artigo 216, em seu parágrafo 1º diz que “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

Além da legislação nacional específica, e de outros instrumentos legais, tais como a legislação ambiental, a lei da arqueologia e de turismo cultural, a preservação de bens culturais é orientada por Cartas, Declarações e Tratados Nacionais e Internacionais.

Embora o município de Cruz Alta - RS apresente uma variada gama de edificações de interesse histórico, ainda nota-se uma carência de leis e atitudes que assegurem a conservação e restauro destas edificações. O conhecimento tem de vir tanto do meio público quanto dos usuários, pois deles depende a aceitação e o cumprimento de seus instrumentos formais e legais. Tem-se

como objetivo comprometer e conscientizar a comunidade local através de palestras e da divulgação de materiais explicativos. Com isso, os olhos da sociedade serão voltados ao passado com a mesma admiração das obras contemporâneas, de modo que saberão a importância histórica e social do patrimônio cultural.

Metodologia

A proposta de instituir na cidade de Cruz Alta a educação patrimonial e alfabetização cultural se dá por ações relacionadas à explanação e divulgação de conceitos importantes para a conservação e restauro, assim como a divulgação inúmeras edificações presentes na malha urbana local e sua importância no contexto histórico. Tem-se o intuito de despertar o interesse populacional, instigando para a apropriação e uso dos bens culturais, como forma de valorização e, até mesmo, turismo regional.

O conhecimento e compreensão dos bens culturais é um processo contínuo de descoberta. A realização de inúmeras oficinas de treinamento na prática da metodologia proposta promoveu a disseminação do método e das experiências, enriquecida pela contribuição de cada agente educacional em seus diferentes contextos.

A percepção e entendimento da diversidade cultural e étnica em nossa sociedade é diretamente proporcional ao respeito e valorização dos patrimônios, sejam eles arquitetônicos ou artísticos. Não há povo sem cultura, tão pouco distinção de qualidade entre elas, o que se precisa é aceitar a ambiência e o contraponto formado pelo antigo e o novo nas cidades.

O processo educacional é lento e exige diálogo permanente entre os membros envolvidos. A interação entre a comunidade e os agentes responsáveis pela disseminação dessas informações deve ser constante, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens. É de fundamental importância incentivar a cultura e o compromisso com o tema, tornando-se algo definitivo.

Resultados e Discussões

A valorização do patrimônio arquitetônico acontece através da conservação e preservação sistemática e constante, corrigindo problemas e evitando o surgimento de outros.

Atualmente, existe um fascínio pelo passado que pode ser explicado como uma reação à amnésia cultural ou como um modo de tentar diminuir a velocidade da modernização. De acordo com MEIRA, p. 57, os movimentos pela preservação do patrimônio cultural e natural têm se aproximado. Novos desafios se apresentam, em consequência, a participação de novos segmentos na questão do patrimônio vai introduzindo no debate outros conceitos, outras práticas e, frequentemente, a ação preservacionista se associa à mobilização por melhor qualidade de vida.

Além das lembranças e fotografias, é possível encontrar vestígios desta história nos prédios que restaram de épocas mais remotas. Ainda existem prédios que se mantem como em sua construção original. Mas, inevitavelmente, o desenvolvimento e a ampliação do espaço urbano nem sempre respeitam o significado e a importância de sua preservação, e muitos destes são demolidos para dar espaço a novas construções, gerando desconforto e tristeza.

Para balizar estas ações de preservação, é previsto em lei que os prédios com data de construção anterior aos anos 1960, devem ser fiscalizados pela Secretaria de Obras e Posturas do Município, vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda, para fiscalizar toda e qualquer obra de construção civil, (nova, a ser reformada ou demolida), com especial atenção para a região do entorno dos prédios da Prefeitura Municipal e do Museu Erico Veríssimo, que são os dois prédios são tombados pelo IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado). Assim, a área do entorno desses prédios é considerada de preservação permanente, tendo em vista o seu caráter histórico e conciliando o interesse social pela preservação das edificações e o respeito ao direito do proprietário do imóvel usufruir do seu bem. O Plano Diretor de Cruz Alta instituiu o CONDURCRUZ – Conselho de Desenvolvimento Urbano de

Cruz Alta e a Comissão do Patrimônio Histórico, a fim de que sejam criados mais mecanismos de proteção do acervo arquitetônico do município.

Conclusão/Considerações Finais

A presente pesquisa privilegia o município de Cruz Alta nos aspectos relacionados à preservação do seu patrimônio cultural. Assim, devem ser identificadas as dúvidas que a população possui sobre o assunto e buscar respondê-las. Da mesma forma se estuda propostas concretas que possam auxiliar os proprietários de bens patrimoniais a preservarem de forma correta os seus imóveis. Por fim se deve elaborar um documento, em formato de cartilha, de fácil acesso, como forma de desencadear o processo de conscientização acerca da importância da preservação do Patrimônio.

A partir dessas considerações e do contexto em que se está, pretende-se, então, potencializar uma dinâmica da construção em conjunto com a comunidade, para que esta se identifique, através dos elementos do passado, tão importantes para a preservação do seu acervo arquitetônico. Devem-se agregar áreas ainda não envolvidas a participarem no processo de preservação das marcas no espaço da cidade. Cada vez mais a preservação deixa de ser uma preocupação do Estado, que tem sua ação prática limitada, passando a ser uma preocupação da sociedade civil. É necessário que se formalizem documentos que informem e esclareçam a população sobre a importância da preservação e recuperação do patrimônio edificado, em conformidade com o Estatuto da Cidade.

Com a educação patrimonial pretende-se alcançar a preservação de nosso patrimônio cultural pela sociedade como um todo – poder público, iniciativa privada e comunidade. A educação patrimonial deve ser uma atividade permanente. Os trabalhos dos órgãos devem ser divulgados nos vários segmentos da sociedade, esclarecendo dúvidas referentes à preservação do patrimônio cultural, ao tombamento e a suas restrições. A comunidade deve participar de todas as atividades relacionadas à preservação: inventário, tombamento, fiscalização, restauração e reabilitação. Os princípios

norteadores das ações de educação patrimonial são a descoberta e a construção em conjunto, motivadas pela observação, apreensão, exploração e apropriação criativa do conhecimento, na busca da compreensão da condição individual e coletiva e do aprimoramento da vida em sociedade.

Para tanto esse estudo assume importância por nortear as ações, subsidiando e comprometendo a população a participar efetivamente nas decisões relacionadas à preservação do patrimônio cultural. Além disso, a participação dos usuários – população – é de fundamental importância para que se concretizem os objetivos do reconhecimento histórico e patrimonial.

Ações como as visitas orientadas em prédios históricos, no centro da cidade de Cruz Alta, já estão sensibilizando e apontando caminhos na linha da manutenção do acervo histórico através da arquitetura, uma iniciativa louvável da Seplan (Secretaria de Planejamento e Coordenação, da Prefeitura de Cruz Alta), originada na semana acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo do ano de 2010. A 3ª Visita Orientada, que tem como slogan: “Passado, Presente o Tempo Todo”, aconteceu por ocasião da comemoração dos 190 anos de emancipação de Cruz Alta.

Na oportunidade, o patrimônio cultural presente no espaço urbano foi o destaque do passeio, com sua importância revelada e ampliada à percepção dos visitantes, um novo olhar a cada passo, espaços, significados e potenciais, em uma experiência de troca de saberes e impressões. O passeio foi guiado pelo diretor do Museu Erico Verissimo, o pesquisador Rossano Viero Cavalari, com início na praça Erico Verissimo, também conhecida como praça da Matriz, onde está localizado o marco zero da vila, fundada em 18 de agosto de 1821. A ideia, é que seja uma ação sistemática, nas atividades culturais do município de Cruz Alta e que se multiplique o conhecimento acerca de cada prédio que compõe o roteiro, para que se transforme numa verdadeira apropriação da história que é de todos os cidadãos, além de ressaltar e identificar elementos arquitetônicos de cada período, característico dos diferentes estilos.

Sendo, o tema do estudo, um procedimento de formação educacional, o ensino patrimonial usa circunstâncias e ações que provocam reações,

interesse, questionamentos e meditações sobre o significado e valor dos acervos culturais, bem como sua manutenção e preservação. O desenvolvimento desse senso comum consente a cumplicidade e legitimidade das ações em defesa, conservação e preservação do patrimônio cultural. Neste sentido, este estudo assume importância por nortear as ações, subsidiando e comprometendo a população a participar efetivamente nas decisões relacionadas à preservação do patrimônio arquitetônico de Cruz Alta, principalmente no que tange a vigilância de um acervo tão rico, como o que é notado neste objeto de estudo. Já existe uma incipiente cultura de apreciadores do acervo histórico arquitetônico em nossa cidade, já como fruto das ações até aqui desenvolvidas. Se ampliarmos nossas ações e as sistematizarmos, certamente os resultados virão e o patrimônio arquitetônico de Cruz Alta se legitimará como um bem comum e testemunho de um passado historicamente importante para o município. Além disso, a participação dos usuários dos prédios de relevância histórica é de fundamental importância para que se concretizem os objetivos deste projeto, pois deles depende a aceitação e o cumprimento de seus instrumentos formais e legais, no cotidiano dessas construções na conservação e restauração.

Para que um bem patrimonial, no caso de Cruz Alta, tombado ou não seja protegido da descaracterização é importante denunciar aos departamentos municipais de fiscalização, Ministério Público, aos departamentos, comissões e secretarias locais de Patrimônio Histórico e ao CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) que são os agentes fiscalizadores de ações indevidas sobre o Patrimônio Arquitetônico tombado ou no seu entorno. A imprensa pode cumprir papel importante na divulgação e conscientização para a proteção do nosso Patrimônio Histórico Arquitetônico.

A comunidade deve participar de todas as atividades relacionadas à preservação: inventário, tombamento, manutenção, fiscalização, restauração e reabilitação. Assim, os bens culturais dignos de preservação devem exibir características que comprovem a sua relevância e representatividade ou contribuir para a manutenção de uma determinada ambiência.

Devemos preservar aqueles bens culturais impregnados de valores históricos, arquitetônicos, arqueológicos, paisagísticos, artísticos, afetivos, etnográficos e bibliográficos que contribuem para a identidade cultural da comunidade, proporcionando ao ser humano conhecimento de si mesmo e do ambiente que o cerca.

Os princípios norteadores das ações de educação patrimonial são a descoberta e a construção em conjunto, motivadas pela observação, apreensão, exploração e apropriação criativa do conhecimento, na busca da compreensão da condição individual e coletiva e do aprimoramento da vida em sociedade.

Ainda podemos destacar, na contemporaneidade, a importância da preservação pelo viés decorrente da necessária consciência de diminuirmos o impacto sobre o ambiente, provocado pela produção de bens. A preservação e o reuso de edifícios e objetos contribuem para a redução de energia e matéria-prima necessárias para a produção de novos, uma questão da sustentabilidade. Enfim, devemos preservar todos os bens de natureza material e imaterial, de interesse cultural ou ambiental que possuam significado histórico, cultural ou sentimental, e que sejam capazes, no presente ou no futuro, de contribuir para a compreensão da identidade cultural da sociedade que o produziu.

Referências

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer: *O Passado no Futuro da Cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio Histórico e Cultural. São Paulo, Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).

BRASIL. *Lei Federal nº 378, de 13 de janeiro de 1937*. Promove o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e

artístico nacional. Rio de Janeiro, 13 de Janeiro de 1937; 116º da Independência e 49º da República.

BRASIL. *Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.* Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1937; 116º da Independência e 49º da República.

BRASIL. *Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.* Artigos referentes ao patrimônio cultural brasileiro.

HORTA, M^a de Lurdes Parreiras. *Guia Básico da Educação Patrimonial.* Rio de Janeiro: IPHAN/Ministério da Cultura, 1999.

POSSAMAI, Zita. *A Memória Cultural numa cidade democrática.* Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2001

PERNAMBUCO, Governo do Estado. *Tombamento tem início a partir dos nossos símbolos.* Pernambuco: FUNDARTE.

VASQUES, Claudia Marina; VALIO, Walter Vilhena. *Para Preservar.* Brasília: IPHAN, 1994.